



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

Jornalismo, Editoração e Feminismo: Processos de comunicação e construção da cidadania da mulher¹

Profa. Dra. Alice Mitika Koshiyama – Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP)

Resumo:

Neste trabalho avaliamos algumas contribuições do campo jornalístico e editorial no Brasil para a construção da cidadania da mulher. Os processos de comunicação das autoras e jornalistas partidárias do feminismo mostraram a importância ideológica das ideias feministas para a construção de uma cidadania da mulher. Para a elaboração desta avaliação contamos com os estudos sobre hegemonia (Gramsci), escrita da história (M. de Certeau), história e valores (A.Heller). E observamos alguns casos de práticas feministas no campo da comunicação debatendo a questão das relações de gênero e as mudanças estruturais abrangendo também a questão dos interesses de classe. (Apoio parcial CNPq).

Palavras-chaves: comunicação – intelectuais feministas -- Brasil

¹ Trabalho apresentado no NP13 – Núcleo de Pesquisa Comunicação e Cultura das Minorias, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

E-mail: alicemit@yahoo.com

Jornalismo, Editoração e Feminismo: Processos de Comunicação e Construção da Cidadania Da Mulher

Profa. Dra. Alice Mitika Koshiyama – Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP)

Feminismo e História

É reconhecida a importância das idéias para as mudanças sociais e para a conquista da hegemonia de grupos ou classes em uma sociedade. No caso da história das mulheres, comprova-se que os valores dominantes em uma cultura estão relacionados à situação delas em diferentes momentos da história..

A legitimação de uma história das mulheres nas últimas décadas aconteceu paralelamente ao desenvolvimento de movimentos organizados em defesa dos direitos de cidadania como questão de gênero, classe, raça, na busca da cidadania plena. A própria transformação da pesquisa histórica hoje permite aprofundar indagações sobre o mundo feminino. Há uma valorização da história da vida cotidiana como tema de pesquisa acadêmica e um novo olhar sobre a vida privada para a qual se reconhecem abordagens específicas.

Uma visão da história que busca a valorização dos estudos sobre vida cotidiana não é um mero modismo acadêmico. Ao estudar a organização das sociedades e as formas de desenvolvimento dos relacionamentos humanos no tempo percebemos que há alguns valores permanentes que distinguem o gênero humano, conforme nos demonstra Agnes Heller em *O cotidiano e a história* (pp.1-15). Para ela, as transformações da sociedade são acompanhadas pelas transformações dos valores dominantes.



Os estudos sobre a hegemonia de grupos ou classes em uma sociedade mostram a importância da ação dos intelectuais para mudanças ou permanências sociais. Determinados valores que são aceitos ou renegados em uma cultura são fundamentais para a conquista da hegemonia de uma classe ou grupo na sociedade, conforme observou Gramsci. O estudo da posição das mulheres em diferentes momentos da história da cultura mostra uma condição de grupos diferenciados na sociedade, excluídos e marcados para a submissão e a tutela. Assim, o discurso de exaltação das qualidades das mulheres para serem esposas e mães, rainhas do lar, é acompanhado pela avaliação da incapacidade feminina para atuar na vida pública.

O movimento feminista, ao mesmo tempo em que lutava pela busca de reconhecimento dos direitos das mulheres, permitiu repensar a sua história e incentivar o estudo e a divulgação da literatura feminista. Se a simples veiculação das idéias é insuficiente para mudar a história, conhecer alguns aspectos do pensamento feminista é uma condição necessária para combater conscientemente as situações quotidianas da exclusão de gênero.

Nossa perspectiva da história apóia-se no conhecimento do trabalho de personagens feministas com expressivas atuações no campo da organização da cultura. Esclarecemos que o nosso propósito é apenas mostrar facetas dos seus trabalhos no campo feminista, cujos resultados podem ser conservados e fixados para o futuro. Estamos fazendo uma escrita da história, escrita parcial e lacunar.

Conforme reconhece Certeau, no capítulo sobre a operação histórica de *A Escrita da História*, a pesquisa histórica é um permanente preenchimento de lacunas anteriormente deixadas por outros pesquisadores. Novas questões são formuladas a partir de problemas vivenciados pelas transformações na cultura, inclusive no campo dos estudos históricos. O estudo de Michel de Certeau sobre a operação histórica ajuda-nos a compreender a complexidade de elementos que atuam no trabalho da escrita da história. A construção da narrativa histórica tem uma série de condições presentes nas escolhas dos temas, na definição dos objetos de pesquisa e nas opções metodológicas que resultam em textos históricos. A definição de que o historiador constrói a história está longe de uma aparente



onipotência do pesquisador. A escrita da história tem uma série de normas às quais o autor da história se submete. O lugar social em que cada historiador se situa mostra o seu trabalho como parte de uma atividade coletiva, que possibilita e limita suas escolhas de temas, objetos, documentos e a disponibilidade de usos de métodos e técnicas de análise. Em síntese, a história é sempre escrita de um lugar social, que deve ser conhecido para a compreensão da obra.

Do feminino ao feminismo

A marca de ser integrante de uma subespécie inferior ao homem limitou a vida das mulheres oprimindo-as, fenômeno magistralmente desvendado por Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo*, antes de ser publicamente debatido pelas mulheres. E ao expor nos meios de comunicação as suas reais condições de vivência, um grupo prepara-se para a mudar aspectos indesejáveis da sua existência.

Hoje, reconhecemos a importância da comunicação e defesa dos valores que interessam ao desenvolvimento pleno da cidadania das mulheres. O trabalho pioneiro de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*, causou espanto aos bem comportados cidadãos em 1949 e influenciou a vida de muitas mulheres. O que ela fazia era avaliar a condição feminina apontando as desigualdades da condição feminina.

As cinco décadas do livro de Simone representaram muitas transformações. Até a década de 60, no Brasil, geralmente, as mulheres quando trabalhavam fora do lar, ocupavam profissões identificadas com o seu papel tradicional de mulher, tais como: o ensino, a assistência a doentes e desvalidos e as atividades sempre subordinadas geralmente a direção masculina, na lavoura, nos bancos, nas fábricas, nos escritórios e no comércio. O trabalho feminino de mulheres casadas era visto com restrições pelos homens, familiares e empregadores, principalmente os de melhor condição financeira. Os homens relutavam em autorizar o trabalho das mulheres sob sua tutela, pois na *Constituição* em vigor no Brasil até 1988, considerava-se a mulher um ser relativamente capaz. Esta limitação jurídica explicita um real cerceamento aos atos das mulheres, e é o aval para toda a série de



arbitrariedades que caracteriza uma tendência histórica de submissões. A mulher era submetida à autoridade do pai ou do irmão, quando solteira; ou do marido, quando casada. Aos homens cabia impor a lei e apoiar a ideologia dominante que mantinha a mulher como um ser juridicamente tutelado.

A moral dominante era dupla: uma para o homem e outra para a mulher. Esperava-se que o homem trabalhasse para sustentar esposa e filhos e a mulher ficasse no lar nos serviços domésticos ou na supervisão dos empregados e no cuidado com os filhos. A virgindade antes do casamento e a fidelidade conjugal depois do casamento tinham pesos opostos para mulheres e homens. O casamento religioso católico e o casamento civil eram indissolúveis até a morte de um dos cônjuges. Embora reconhecida, na República, a separação entre a Igreja e o Estado, o preceito da religião católica sobre a indissolubilidade do matrimônio era imposto a todos os brasileiros através da lei civil. E nessa sociedade a prostituição era uma das instituições sociais incorporadas nos usos, nos costumes e na moral. Prostíbulos recebiam a frequência de cidadão ilustres e respeitáveis pais de famílias, conforme nos revela Margareth Rago em primoroso texto de sua tese de doutorado (*Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*).

Mas, a tolerância à prostituição era para atender às demandas dos homens. Nesse contexto, procedia-se a divisão das mulheres devidamente classificadas, a partir de modelos de comportamentos sexuais estereotipados, em sérias ou levianas, honestas ou prostitutas. É por conta desse duplo padrão de moralidade que muitas mulheres mortas por seus maridos, namorados ou amantes nas décadas de 60-80, foram atacadas pelos advogados dos homens assassinos que queriam absolvê-los, culpando as vítimas mulheres. Segundo esses advogados, essas mulheres teriam sido mortas por terem desonrado os homens, traindo-os e eles as haviam matado em “legítima defesa da honra”. As mulheres feministas tiveram muito trabalho para destruir essa argumentação. Tanto que no primeiro julgamento do Raul “Doca” Street, ele foi absolvido, com a defesa de Evandro Lins e Silva, por ter matado Ângela Diniz “em legítima defesa de honra”. A condenação dele só aconteceu no segundo julgamento. Nesta, como em outras situações futuras, procurou-se empregar o



absurdo argumento construído para justificar assassinatos. Infelizmente tem havido várias outras situações, ainda em pleno século XXI, para as mulheres gritarem : “*Quem ama não mata*”.

Mulher e Trabalho Jornalístico

A cultura segregacionista de gênero estava presente no Brasil do século passado, na década de 60, quando as mulheres eram minoria, também no exercício de profissões como a de jornalista. Por exemplo: o jornal *O Estado de S.Paulo*, em 1968 não aceitava ainda jornalistas mulheres na redação em áreas como economia e política. O periódico era a voz do passado, desprezando as mudanças que estavam acontecendo no país, processo que culminou com o reconhecimento da igualdade jurídica entre homens e mulheres na *Constituição* de 1988. Em geral, mulheres ficavam com e no suplemento feminino dos jornais, sendo as exceções poucas. Apenas revistas femininas de então, normalmente comandadas por homens, abriram seus espaços para as mulheres jornalistas.

Hoje, a presença das mulheres no mercado de trabalho de jornalismo e nos cursos superiores para formação profissional atesta o interesse e a adaptação delas a um universo que no início dos anos 60 do século passado, no Brasil, discriminava-as abertamente

A relação da mulher com o espaço público e o espaço privado assinala a posição ocupada por ela na sociedade e marca sua identidade de gênero ao longo do tempo. A relação de gênero é definida pela ocupação do espaço permitido ou interdito à presença de todos. Assim, na origem, as cidades marcam formas de exclusão de gênero, que são mais antigas do que as exclusões de classe.

O acesso das mulheres a novos espaços, inicialmente acompanhadas de homens e só mais recentemente sozinhas, sinaliza uma aceitação de algumas culturas de direitos mais amplos para elas. Essa visão externa das conquistas da cidadania feminina não resulta automaticamente na compreensão do que é cidadania feminina pensada a partir do gênero. Há muito para se descobrir em que consiste a percepção que as mulheres tem de si e dos outros, assinala a psicóloga Naumi de Vasconcelos, pesquisadora do Instituto de Psicologia



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trata-se de uma observação importante também na elaboração dos estudos de história, e mais particularmente nos estudos de história das mulheres.

Assim, se na imprensa diária no Brasil dos anos sessenta no século passado, as mulheres ficavam nos suplementos femininos e em setores do jornalismo considerados pela opinião masculina dominante como de pouco prestígio ou de menor importância, hoje temos uma saudável possibilidade de homens e mulheres escreverem em todas as seções e sobre todos os assuntos: da arte culinária à matemática financeira. O que nos obriga a perguntar: em que condições as mulheres que ocupam esses espaços executam o seu trabalho?

Porque de modo semelhante a outras categorias de trabalhadoras, as jornalistas também enfrentam relações de trabalho tensas e se sujeitam a sofrer violências de gênero. Alguns desses atos violentos resultam em morte, como no caso de Sandra Gomide, assassinada pelo seu ex-chefe e ex-namorado Antonio Pimenta Neves.

Para alguns, o assassinato de Sandra Gomide é uma questão da vida privada, tragédia que atingiu um homem transtornado, no dizer de Rui Mesquita, um dos donos da empresa que edita o jornal *O Estado de S.Paulo*, em texto publicado no diário. Esta abordagem patronal omite as condições da organização de trabalho que respaldaram as relações do casal. Na redação chefiada por Pimenta Neves, não só mulheres, como vários trabalhadores homens estavam vivendo em um clima que a pesquisadora Marie-France Hirigoyen caracterizaria como situações de assédio moral, em sua obra *Assédio Moral: a violência perversa do cotidiano*.

Ou conforme a definição sinteticamente exposta:

“Assédio moral no trabalho é a exposição dos trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções .. São mais comuns em relações hierárquicas autoritárias, onde predomina condutas negativas, relações desumanas e aéticas de longa duração , de um ou mais chefes dirigida a um subordinado,desestabilizando a relação da vítima com o ambiente de trabalho e a



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

organização.” (Ver: <http://www.assediomoral.org>)

Segundo depoimentos de vários profissionais que trabalharam com Pimenta Neves, pode-se inferir que a sua gestão administrativa cultivou uma cultura organizacional com práticas de assédio moral. E permite observar que a degradação das condições de trabalho processa-se a partir de procedimentos discriminatórios baseados exclusivamente no arbítrio pessoal de um chefe, Pimenta Neves, que concedia desmesurados favorecimentos a alguns, dentre eles a própria namorada, exigindo em troca total submissão. A cumplicidade, algumas vezes revoltada, outras vezes hipócrita e em alguns casos sincera entre o chefe arbitrário e seus subordinados é uma situação desigual em que se misturam, nas relações de trabalho, objetivos da vida privada dos empregados e metas profissionais da empresa.

O caso Pimenta Neves permite também refletir sobre as observações de Naumi de Vasconcelos, em relação à perspectiva que as mulheres tem de si e dos outros. As mulheres entre elas tem diferenças de percepção de gênero.

Este caso foi também um momento de clara demonstração da falta de perspectiva de gênero e de classe do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, que em sua primeira manifestação diante do assassinato de Sandra Gomide assumiu, no boletim MURAL, posição em tudo idêntica àquela adotada pelos patrões diante do ato do seu funcionário e homem de confiança Pimenta Neves.

Feminismo e Inclusão Social

Percebemos a importância da literatura feminista ao estudar a situação da mulher brasileira a partir dos anos sessenta do século passado. A exclusão social das mulheres é um fato que se concretiza também na limitação às suas possibilidades de acesso a todos os textos produzidos na cultura, inclusive o acesso à literatura feminista. O êxito dos movimentos sociais de mulheres contou com a ação de várias defensoras e divulgadoras das idéias feministas, Rose Marie Muraro e Carmen da Silva foram duas delas.

As páginas dos meios de comunicação de massas foram um privilegiado campo de debates para a apresentação de idéias feministas de modo constante e muitas vezes



polêmico. Como nas entrevistas do *Pasquim*, no início dos anos setenta do século passado, apresentando Betty Friedan e *A Mística Feminista* e Rose Marie Muraro comentando as idéias da escritora feminista norte-americana.

Para estabelecer um diálogo permanente com as mulheres podia-se estabelecer um espaço nas páginas de um periódico. Em cada novo número da publicação o contato se renovava com as leitoras antigas e novas leitoras eram chamadas a integrar o grupo das mulheres que se identificavam com a seção. Foi o que fez Carmen da Silva em *Cláudia*, entre os anos 60 e 80 do século passado, com seus artigos mensais na seção “A Arte de Ser Mulher”.

A literatura para a formação de uma perspectiva feminista necessita de editoras que se disponham a divulgá-las. Carmen da Silva e Rose Marie Muraro, além de divulgar as autoras estrangeiras importantes, como a fundamental Simone de Beauvoir de *O Segundo Sexo*, escreveram seus textos para livros. E Rose Marie Muraro, depois de marcante passagem pela Editora Vozes, fundou e coordenou a parte editorial da Rosa dos Tempos – editora de livros de mulheres para mulheres, que há cerca de dez anos está no mercado brasileiro. Pesquisadora, autora de obras e pensadora do catolicismo progressista e do pensamento feminista, publica um conjunto de obras de sua autoria: em 1970, publicou *Libertação Sexual da Mulher*; em 1983, *A sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil* e em 1985, escreveu, com teólogos, *Sexualidade, libertação e fé: por uma erótica cristã*. (Ver: *Dicionário das Mulheres do Brasil*, pp.490-491)

Trabalhos como os de Rose Marie Muraro e Carmen da Silva foram importantes para a construção de uma cultura feminista no Brasil. E, a partir de 1975, temos o reconhecimento pelos poderes públicos e pela sociedade civil da especificidade dos problemas e direitos da condição feminina, conforme atestam abalizados relatos da história recente das mulheres no Brasil. (Ver “Feminismo pós-1975” de Hildete Pereira de Melo e Schuma Schumacher, in *Dicionário Mulheres do Brasil*, pp.229-239)

Na *Constituição* de 1988, a mulher brasileira foi reconhecida como um ser plenamente capaz, em plena igualdade de condições com o homem. Paradoxalmente, a vida cotidiana de muitas mulheres está distante das conquistas legalmente reconhecidas e



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

divulgadas pelas entidades governamentais e organizações não governamentais. Porque a cultura dominante exige uma prática condizente com os valores do capitalismo neoliberal, que acentua as desigualdades da sociedade de classes e se opõe aos projetos feministas que contemplem a igualdade de gênero, de classe e de raça.

As mulheres que conhecem e aceitam os valores de uma cultura feminista, sabem da importância de transmitir o que se acumulou. Agora temos que continuar divulgando o feminismo para aquelas pessoas que estão vivendo os desafios da arte de ser mulher nos lares, nas empresas, nas escolas, nos partidos políticos, nos sindicatos e nas igrejas, lembra Maria Otilia Bocchini, professora da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, pesquisadora e editora de *Mulher e Saúde*, boletim da organização não governamental SOF – Sempre Viva Organização Feminista.

Mulher e Saúde trata de problemas concretos da saúde da mulher, reconhecendo nela o sujeito da ação, mostrando o contexto social e político de questões, que para serem resolvidas, dependem de ações individuais e de grupos organizados socialmente. (Ver site: [HYPERLINK "http://www.sof.org.br/"](http://www.sof.org.br/))

Neste trabalho, em que mostramos a importância de alguns textos de perspectiva feminista para a construção da cidadania da mulher, percebemos um fenômeno duplamente relacionado com o conceito de lugar social: o lugar social das mulheres na história e o lugar social dos historiadores que elegem a história das mulheres como tema de pesquisa.

Concordamos com os objetivos explicitados no site da SOF:

“Trabalhamos para difundir o feminismo em amplos setores da sociedade e sensibilizar atrizes e atores sociais que lutam pela ampliação da cidadania, a fim de comprometê-los com a igualdade entre mulheres e homens. Compreendemos que as relações de gênero se articulam com as de classe, raça e etnia, e que o feminismo é um elemento constitutivo de um projeto global de transformação da sociedade que se propõe a criar condições de cidadania e igualdade para todas e todos. A reafirmação da igualdade não se faz em detrimento das diferenças, mas acreditamos na possibilidade de processos coletivos, em que se estabeleça um compromisso ético-político comum, sintonizado com as questões apresentadas pelo momento



histórico atual.”

Cidadania e feminismo: história em processo

No capitalismo vigente, a ascensão social da mulher se processa pela sua inserção no mercado de trabalho centrada na sua valorização enquanto agente econômico, consumidora de mercadorias. Coerente com esses objetivos, os meios de comunicação de massas tratam as mulheres como seres que devem ser disciplinados e seduzidos para adotarem comportamentos padronizados, caracterizados como femininos. Regra aplicável para publicações dirigidas a públicos de alto, médio e baixo poder aquisitivo. Há uma perfeita harmonia entre o campo publicitário e a área jornalística na busca de mulheres consumidoras.

Esteriótipos e imagens do passado sofrem reciclagens para os novos tempos, conforme constatou Maria Otilia Bocchini ao pesquisar o conteúdo de revistas para o público feminino de menor poder aquisitivo (Ver: *Valores conservadores em Ana Maria e Viva Mais*). A pesquisa mostra a exaltação dos tradicionais papéis femininos de mãe, esposa e o reforço das atividades que lembram o âmbito doméstico (a casa) e a ênfase na mulher a serviço do homem (com destaque para os serviços sexuais e domésticos). No projeto de Carmen e suas leitoras emergia o valor: liberdade para decidir sobre o que era mais desejável para a sexualidade individual. Os meios de comunicação de massas, na atualidade, veiculam padrões e receitas de ações num verdadeiro supermercado de idéias prontas para usar.

A revista *Cláudia*, após a morte de Carmen da Silva, em 1985, ainda manteve a colaboração de colunistas psicólogos (como Flávio Gikovate) em suas páginas. Em 2000, extinguiu o pequeno espaço que ainda oferecia à análise e reflexão sobre os relacionamentos de homens e mulheres. Apesar do discurso unidirecional desses colaboradores da revista pós Carmen, era um espaço de expressão de opinião que, algumas vezes, abrigava idéias diferentes daquelas apresentadas em outras páginas da publicação.

Hoje, a falta de espaços alternativos para o debate e a organização dos interesses das mulheres nos meios de comunicação é um problema concreto. Paradoxalmente, nunca antes



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

as mulheres foram tanto objetos de matérias jornalísticas, pois na atualidade, elas são vistas como consumidoras de idéias ou produtos para o seu real ou suposto bem estar.

Nessas condições, a articulação de quaisquer propostas de mudanças radicais esbarra no individualismo continuamente cultivado. Ao falar com as suas leitoras de classe média, Carmen da Silva trabalhava as condições individuais lembrando sempre a relação com conjunturas históricas e culturais, de grupos e classes. Os meios de comunicação de massas, hoje, falam às suas leitoras vendo-as como seres com problemas que devem buscar apenas soluções individuais. Da conquista da auto-estima ao envelhecimento saudável, da arte de agradar os outros e conseguir o que se deseja, tudo é solucionável se as pessoas forem individualmente adaptáveis. Pode-se lutar até, mas conforme regras delimitadas pelas publicações.

A jornalista Ligia Martins de Almeida, com experiência de vinte anos de trabalho em redações de revistas femininas, concorda que é possível ver conquistas na situação das elites:

“Nesse mundo pós-feminista, as mulheres – pelo menos as mulheres urbanas, de classe média para cima e de nível universitário – ganharam o direito ao trabalho, à disputa por cargos públicos e, principalmente, o direito de brigar por seus direitos. Mas, a julgar pelas revistas femininas disponíveis nas bancas brasileiras, o grande problema parece ser o orgasmo. Se não é assim, como explicar a enchente de matérias repetitivas sobre sexo nas revistas femininas? Nada errado, se considerarmos que o direito ao prazer também estava entre as bandeiras do feminismo. O problema é tratar o sexo como se fosse, ainda hoje, a prioridade máxima da mulher brasileira.”

Ligia Martins de Almeida explica o tratamento preferencial dado pelas revistas femininas a moda e beleza com modelos distantes dos padrões da maioria das mulheres brasileiras interrogando: “Por que uma grife de moda ou uma grande empresa de cosméticos gastariam dinheiro numa revista de papel inferior, mostrando um mundo real,



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

onde as mulheres podem ser bonitas, jovens e bem-sucedidas mas também podem ser feias, gordas, velhas ou negras?”

Observamos: o pós-feminismo só acontece, de verdade, para uma parcela das mulheres brasileiras. As outras vivem a pré-história do feminismo ou a necessidade de um feminismo presente no cotidiano para sair do estado de desigualdade.

Comunicação, cidadania e feminismo

No universo de organizações feministas há projetos alternativos de comunicação que trabalham com as mulheres num contexto segmentado, com recortes específicos de público. Um desses inúmeros exemplos é o veículo *Mulher e Saúde*, da organização não governamental SOF - Sempreviva Organização Feminista – já citado neste trabalho.

O desenvolvimento do trabalho de comunicação de grupos deve ser incentivado, em oposição à ideologia dominante que seduz as mulheres nos grandes meios de comunicação. Estes destacam a presença das mulheres em todos os campos e veiculam o discurso da domesticação do feminismo. As conquistas femininas teriam tornado o feminismo, hoje, anacrônico e desnecessário.

Mas de qual feminismo estamos falando? A proposição de um feminismo libertador para mulheres de todas as classes sociais continua uma utopia válida. Levada ao limite, esta posição implicará na perspectiva de mudar as condições de vida da parte da sociedade insatisfeita com as carências nos seus relacionamentos como seres humanos. Este tipo de feminismo está no projeto de construção de uma cidadania para todos. Pressupõe participação social, conflitos de interesses, organização das pessoas em grupos e partidos, ampla discussão para formar regras de convivência, análise das possibilidades permanentes de mudar o anacrônico e o indesejável.

Na organização da sociedade, a organização do trabalho mostra-nos que a utopia feminista inscreve-se no contexto das relações sociais que podem ser construídas. No trabalho e no lazer há um permanente controle do tempo destinado a cada ação que nos é solicitada. A organização do trabalho que hoje se estrutura também nos espaços



domésticos, transformados em extensão das empresas em alguns casos, interfere no tempo e no espaço de vida das mulheres. A jornada de trabalho de algumas mulheres sobrecarrega-se na rotina da empresa-lar. Ou permanece a nítida divisão social do trabalho doméstico executado pelos empregados do lar, enquanto a dona de casa trabalha para uma empresa. A automatização dos atos, dos valores assumidos sem questionamentos concretos, ocorre nesse contexto organizacional em que sempre há falta de tempo para o cumprimento das agendas propostas. (Ver: José Roberto Montes Heloani, *A Nova Organização do Trabalho: uma Visão Psicossocial*, manuscrito em fase de publicação)

Verificamos, então, que para a construção da cidadania da mulher interessa a permanência das idéias de *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir e a fixação da memória dos trabalhos de Carmen da Silva e da editora Rose Marie Muraro. A publicação de livros que dizem respeito à condição feminina, trabalho marcante de Rose Marie Muraro, possibilita a continuidade de um processo de conhecimento da história e das experiências de vida femininas, condição básica para desenvolver uma perspectiva realista de ação. Carmen da Silva, em seus textos de “A Arte de Ser Mulher” em *Claudia*, explicita uma salutar visão anti-mítica da mulher. Conforme declara “Em Tom de Confissão”:

“E se essa franca admissão de minhas perplexidades vier derrubar, aos olhos das mais empedernidas idealizadoras, o mito da mulher-rochedo, da mulher-forte que conhece todas as respostas, tanto melhor; desde que me tenho por gente, não recorro a escrever uma única linha que não tendesse precisamente a isso: a derrubar mitos. Porque os mitos têm uma característica paradoxal; apoiando-se os pés sobre eles, fatalmente eles nos desabam na cabeça.” (In: *O Melhor de Carmen da Silva*, p.36)

Bibliografia Básica

ALMEIDA, Lígia Martins de. *Revistas Femininas. A leitora essa desconhecida*. in Observatório da Imprensa, no. 156, 23/01/2002. www.obseservatoriodaimprensa.com.br
BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Trad. de Sergio Milliet, Rio de Janeiro, Nova



Fronteira, 1980. 2 vol.

BOCCHINI, Maria Otília. *Valores Conservadores em Ana Maria e Viva Mais*, In Maria Lúcia Silveira e Nalu Faria. *Mulheres, Corpo e Saúde*, São Paulo, Cadernos Sempre Viva, 2000.

BUITONI, Dulcília. *A imprensa feminina*. São Paulo, Ática, 1986.

BONACCHI, Gabriella; GROPPPI, Angela (org.). *O dilema da cidadania: direitos e deveres das mulheres*. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

CERTEAU, Michel de. A Operação Histórica, in Jacques Le Goff e Pierre Nora (org.). *História: Novos Problemas*, 4a. ed., trad. Theo Santiago, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1995, pp. 17-48.

GRAMSCI, Antônio. Trad. Carlos Nelson Coutinho. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização, 1968.

GUTIERREZ, Rachel. *O feminismo é um humanismo. O sentido libertário da luta da mulher*. Rio de Janeiro, Edições Antares, São Paulo, Nobel, 1985.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 3 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

HELOANI, Jose Roberto Montes. *A Nova Organização do Trabalho: uma Visão Psicosocial*. (manuscrito inédito)

KOSHIYAMA, Alice Mitika. *Carmen da Silva na história do jornalismo feminino e feminista*, texto do GT - História e Comunicação, 1996, Londrina, XIX Congresso da Intercom.

_____. “A permanência da obra feminista de Simone de Beauvoir em Carmen da Silva”, texto apresentado no Colóquio “O segundo sexo cinquenta anos depois”, promovido pelo Instituto de Psicologia da UFRJ, de 22 a 24 de novembro de 1999.

_____. *Communication, identité et citoyennete féminine dans la culture globale: actualité du passé*: in ACTES DU IV ème Colloque France-Brésil des Chercheurs en Communication - PRATIQUES CULTURELLES COMMUNICATION ET CITOYENNETE, Grenoble, 1998, pp..269-276.

MELO, Hildete Pereira de. & Schuma Schumacher. *Feminismo pós-1975. A segunda onda*



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

feminista no Brasil. In *Dicionário Mulheres do Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar, 2000. pp.229-239.

MURARO, Rose Marie. *Memórias de uma Mulher Impossível*, Rio de Janeiro, Editora Rosa dos Tempos, 1999.

----- . Verbete in *Dicionário Mulheres do Brasil*, Rio, Zahar, 2000.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

SILVA, Carmen da. *Histórias híbridas de uma senhora de respeito*. 2a. ed., São Paulo, Brasil, 1984.

_____. *O Melhor de Carmen da Silva*. Seleção de Júlia Tavares, Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1994.

Sites da internet:

site <http://www.assediomoral.org>

site <http://www.sof.org.br>

site <http://www.observatordaimprensa.com.br>